

AS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS: TERRITORIALIDADES, IDENTIDADES E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Érico Teixeira de Loyola*

* Bacharel em Ciências Jurídicas pela UFRGS, Graduando e mestrando em História pela UFRGS.

Recebido em 12/2014. Aceito para publicação em 08/2015.
Versão online publicada em 13/01/2016 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo: Neste artigo aborda-se, por intermédio de alguns dos aportes teóricos da Geografia Cultural, a variabilidade de ação por parte de determinados atores, em diversas escalas, nos processos de territorialização e de patrimonialização das missões jesuítico-guaranis. Para tanto, fez-se uso da literatura já disponível acerca do tema, discutindo-a face à produção documental de órgãos oficiais nacionais de preservação do patrimônio histórico-cultural (SPHAN/IPHAN, no Brasil, e Comisión Nacional, na Argentina), além daquela fornecida pela UNESCO, pelas instâncias administrativas e consultivas do MERCOSUL e por outras agências culturais. Com isso, objetiva-se apresentar algumas das práticas patrimoniais decorrentes do entrelaçamento desses atores, que, respondendo a interesses às vezes tão distintos, produzem conjuntos identitários, que, como “construções sociais” (PRATS, 1997), podem privilegiar diversas “memórias parciais” (HARTOG, 2013); e pontos de vista, que, sendo mais locais ou mais globais, podem reforçar discursos de ordem nacionalizante ou privilegiar a integração regional.

Palavras-Chave: Patrimônio Histórico-Cultural. Missões Jesuítico-Guaranis. Territorialidades.

1. Introdução

Em 1938, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), fundado em 1937, procurando estabelecer uma narrativa de Brasil que ao mesmo tempo atendesse às necessidades políticas centralizadoras do Estado Novo e valorizasse o suposto “elo de continuidade entre o Estado colonial e o novo Brasil independente”, optou por dar especial atenção ao patrimônio arquitetônico legado pelos jesuítas (CHUVA, 2009, p. 48). Pensando nisso é que, já naquele ano, em iniciativa encabeçada por expoentes intelectuais tais como Carlos Drummond de Andrade e Lúcio Costa, vieram as ruínas do Sítio Arqueológico de São Miguel a ser reconhecidas como patrimônio cultural nacional, inseridas no Livro Tombo de Belas Artes (IPHAN, 2008).

Ou seja, tinha-se, naquele momento, a intenção, por parte do SPHAN, de atribuir às Missões e às Guerras Guaraníticas a função de marcos fundadores da nossa identidade nacional (CHUVA, 2009, p. 48). Ao resguardar São Miguel, delimitava-se e dava-se continuidade, ainda que simbolicamente, à rivalidade que tanto marcou as relações entre Portugal e Espanha, como se tivessem as disputas havidas entre as coroas ibéricas sido encampadas pelo Estado brasileiro, desta vez em face de argentinos, uruguaios e paraguaios. Em outras palavras, as Missões Guaraníticas situadas em território brasileiro, e em especial as Ruínas de São Miguel,

são pensadas, naquele momento, como semióforos por excelência de certa “história nacional” marcada, em síntese, “pela guerra, na Ibéria de além-mar e no Sul da América do Sul” (PESAVENTO, 2007, p. 57).

Similarmente, na Argentina, por meio da Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos (CNMMYLH), oficialmente estabelecida em 1940, também se procurou “resgatar, através do patrimônio tombado pela Comissão, uma memória específica para contribuir para a construção de uma ideia de Nação Argentina” (URRIBAREN, 2008, p.7).

De fato, as lutas pela composição de uma identidade nacional se fazem presentes desde os princípios da República, e são agravadas pelo *boom* imigracional de fins do Século XIX. Daí a importância atribuída, por exemplo, em começos do Século XX, à educação pública, em especial ao ensino da História e da Língua Espanhola (SVAMPA *apud* URRIBAREN, 2008, p. 18), bem como à atuação da CNMMYLH no processo de construção de uma história oficial, inclusive por intermédio do resguardo do conjunto missionário como parte integrante de tal narrativa. É dentro desse contexto, então, de valorização da herança espanhola e, ao mesmo tempo, de constituição de uma história nacional, que são tombadas duas reduções jesuíticas situadas na Província de Misiones, San Ignacio Mini, em 1943, e Santa María la Mayor, em 1945 (REPÚBLICA ARGENTINA, 2008).

O Paraguai, por seu turno, embora corriqueiramente tido como a “pátria guarani”, não se voltou pron-

¹ Acerca do conceito de semióforo, explica Chuva (2009) que determinados bens materiais, quando considerados patrimônio nacional, “transformam o seu valor de uso, tornando-se suportes materiais de ideias – *semióforos* – que têm valor de troca adquirido de acordo com os novos significados que lhe são atribuídos, não devendo, portanto, ser destruídos, para serem exibidos seus novos atributos” (p. 65). Ou seja, graças à patrimonialização, dá-se visibilidade “aquilo que seria, a princípio, invisível” (idem).

tamente ao conjunto missioneiro como semióforo de sua “história pátria”. Com efeito, embora em 1940 tenha sido criado o Departamento de Enseñanza Superior y Difusión Cultural, com uma crescente apropriação das imagens do indígena e do mestiço na construção de um “ser nacional” (ZAMORANO, 2012, p. 11), ao contrário das iniciativas brasileiras e argentinas, não houve, naquele país, entre os anos 1930 e 1940, iniciativas abrangentes para a preservação das reduções que sobreviveram aos saques e aos incêndios. Na verdade, é somente a partir dos anos 1960 que se fazem pequenas intervenções em conjuntos reducionais tais como o de Jesús de Tavarengue, para preservá-la (PAGE, 2012, p.15).

Tendo esse quadro de elaboração de narrativas nacionais em mente, que parecia marcar uma clara distinção entre o Brasil, Argentina e os demais países da região, soa surpreendente que, passados quarenta e cinco anos, tenham esses mesmos países obtido, junto a UNESCO, entre 1983 e 1984, o reconhecimento de cinco reduções, quatro das quais localizadas na Província de Misiones, na Argentina, e uma localizada no Estado do Rio Grande do Sul, como Patrimônio da Humanidade. Causa mais surpresa, ainda, que tal decisão tenha se dado a partir de recomendação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, na sigla em inglês), que, unificando duas propostas encaminhadas por Brasil e Argentina, privilegiou a inscrição das aludidas reduções no contexto de uma “proposição global que incorporasse as principais Missões da América do Sul” (UNESCO/ICOMOS, 1983-84).

Essas observações de caráter histórico, relativas aos processos de tombamento das Missões como patrimônio histórico-cultural, colocam-nos, de pronto, a questão relativa à variabilidade dos discursos e práticas que podem incidir sobre um mesmo conjunto cultural. Do patriotismo à integração regional, como no caso do MERCOSUL, com o fomento de uma identidade comum, há não só um, mas diversos caminhos e descaminhos, envolvendo diferentes atores, cujas trajetórias e interesses nos processos de apropriação e de patrimonialização das Missões Jesuítico-Guaranis procuraremos abordar a seguir. Para tanto, em um primeiro momento, discutiremos tais processos do ponto de vista temporal, apontando como tais práticas modificam-se ao longo do tempo, para, na seção seguinte, debatê-las do ponto de vista das práticas territoriais e espaciais incidentes sobre aquele espaço, sem olvidar, contudo, que tais aspectos – temporal e espacial – apresentam caráter relacional, estando, assim, imbricados.

2. As fronteiras que separam, as fronteiras que unem

O músico Jorge Drexler, em álbum lançado no ano de 1999, apontava, em uma de suas canções, com certo grau de desapego a sua nacionalidade uruguaia, que “[...] las fronteras se mueven, como las banderas”. E, de certo modo, a integração regional, em especial aquela imaginada em termos culturais, nos faz pensar na estabilidade e na validade dos marcos fronteiriços. Contudo, os caminhos percorridos até o tombamento das Missões Jesuítico-Guaranis como bens dignos de serem resguardados nos revela como aos Estados ainda cabe um papel importante dentro das iniciativas que visam à atribuição de sentido ao patrimônio histórico-cultural. Mostra-nos, também, como as dinâmicas internas de cada Estado podem tanto promover a segregação quanto estimular a aproximação entre brasileiros, argentinos, paraguaios, etc., dentro de um mesmo contexto econômico e cultural.

De fato, o movimento havido entre Brasil e Argentina nos anos 1980, afastando-se da rivalidade que marcara as décadas anteriores, revela, justamente, a tentativa por parte dos dois Estados, ainda que de forma incipiente e conjuntural, em deixar de lado antigos conflitos (CERVO, 2008, p. 453). Nesse sentido, as reduções jesuíticas, inicialmente reputadas como argentinas *ou* brasileiras, passam a ser gradualmente vistas como marcos, não de divisão, mas sim da integração, como se superassem fronteiras, fossem elas em sentido territorial, material ou imaterial (MEIRA, 2007, p. 86).

Isto é, fronteiras, para além de áreas de “exclusão”, podem também ser compreendidas como áreas de “interrelação” (FREGA, 2006, p. 26). Isso, decerto, nos faz ainda refletir acerca dos discursos identitários elaborados a partir de tal constatação, e o papel que os monumentos, sítios arqueológicos, tradições, práticas culturais, etc., exercem na formação de tais discursos. Afinal, “monumento histórico”

“[...] não é um artefato intencional, criação *ex nihilo* de uma comunidade humana para fins *memoriais*. Ele não se volta para a memória viva. **Foi escolhido de um corpus de edifícios preexistentes**, em razão do seu valor para a história (seja de história factual, social, econômica ou política, de história das técnicas ou de história da arte...) e/ou de seu valor estético. **Dito de outro modo, na sua relação com a história (independentemente de qual seja ela), o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber**”. (CHOAY, 2011, p. 13-14, grifo nosso)

De forma símile, e abordando especificamente o conjunto missioneiro jesuítico-guarani, pondera-se que

² San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa Maria Mayor, na Argentina, e São Miguel, no Brasil.

³ DREXLER, Jorge. Frontera. Intérprete: Jorge Drexler. In: DREXLER, JORGE. Frontera. 1999. 1 CD. Faixa 3.

“Os remanescentes que integram o patrimônio cultural são bem mais que simples ruínas de pedras ou velhos santos de madeira. **São significativos patrimônios – documentos materiais impregnados de sentidos imateriais** – situados em sítios históricos que por políticas e ações culturais passam a ser museus ao ar livre. **Todo esse conjunto de bens histórico-culturais é transformado em elementos museológicos, dando origem à produção de importante memória social**”. (DOS SANTOS, 2013, grifo nosso)

Assim é que, pensando no “patrimônio histórico” como uma questão de escolha, sendo ele, ainda, capaz de produzir “memória social”, podemos procurar compreender a diversidade de imaginários desenvolvidos em torno das Missões Guaraníticas ao longo do tempo.

Em vista disso, também, é que devemos estar atentos à circunstância de que o “presente [...] historiciza a si mesmo” (HARTOG, 2013, p. 233). Em outras palavras, as “memórias sociais” a que se referiu Dos Santos (2013) e as narrativas desenvolvidas em torno do patrimônio histórico-cultural têm o “presente” como marco referencial privilegiado (CHUVA, 2009, p. 44); são elas produzidas por grupos sociais específicos, que, embora eventualmente se remetendo ao passado para defender o valor de determinado bem, formulam suas estratégias a partir de interesses bem atuais, muitas vezes colidentes à vontade de grupos rivais, que podem até mesmo questionar o valor que se pretende dar ao referido bem. Acerca disso, aliás, é que argumenta Hartog (2013) que

“O Século XX foi aquele que mais invocou o futuro, mais construiu e massacrou em seu nome, levou mais longe a produção de uma história escrita do ponto de vista do futuro [...]. **No entanto, também foi aquele que, sobretudo nos últimos trinta anos, deu a maior extensão à categoria do presente: um presente maciço, onipresente, invasivo, que não tem nenhum horizonte a não ser o próprio, fabricando cotidianamente o passado e o futuro de que necessita, dia após dia.** Um presente já passado antes mesmo de ter ocorrido completamente. [...]” (p. 238, grifo nosso).

Essa visão “presentista” e conflituosa do patrimônio, conseqüentemente, nos chama a atenção para os esforços levados a cabo pelos órgãos oficiais de preservação para a mobilização de sistemas simbólicos

específicos e para os critérios por ela aplicados para a ativação patrimonial: as mesmas Missões Guaraníticas, por muito negligenciadas pelos governos de Brasil, Argentina e Paraguai, passam a ser gradualmente incorporadas às respectivas histórias nacionais dos países da Região do Rio da Prata e depois vêm a ser reutilizadas como parâmetro para uma pretendida integração regional (WILLIAMS, 2012, p. 283).

Considerando especificamente o MERCOSUL enquanto projeto de integração, convém salientar que o potencial cultural que o processo de aproximação econômica poderia provir não foi amplamente considerado pelos Estados envolvidos na negociação do Tratado de Assunção. Ainda assim, conforme aponta WILLIAMS, entre 1992 e 1995 houve a concordância, entre os Ministros da Cultura dos respectivos Estados Membros do MERCOSUL, ao longo das respectivas reuniões ministeriais, “em equiparar, em importância, a integração cultural à liberalização econômica e à consolidação de uma governança democrática”, sendo criado, em 1995, o “Comitê Técnico do Patrimônio Cultural”, e, em 1996, o “Projeto Misiones Mercosur Cultural”, que incluía o denominado “Circuito Turístico Internacional das Missões Jesuítico-Guaranis” (Idem, p. 298).

Referido Circuito, inicialmente integrado unicamente por Argentina, Brasil e Paraguai, é posteriormente conectado à Colônia de Sacramento, no Uruguai (Idem), como que “amarrando” a narrativa construída em torno das disputas ibéricas na região platina. O ano de 1996 é muito importante, ainda, pelo fato de marcar a assinatura do Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL, em que concordam os Estados signatários, em seu artigo V, em promover “a pesquisa de temas históricos e culturais comuns, incluindo aspectos contemporâneos da vida cultural de seus povos” (MERCOSUL, 1996).

As seguintes Reuniões – IV (1997), V (1997) e VI (1998) – de Ministros de Cultura não apresentam maiores novidades, não havendo real avanço “na criação de instâncias de circulação cultural e nem no incentivo ao estabelecimento de parcerias com organismos internacionais, como a UNESCO” (SOARES, 2008, p.62). Especificamente com relação às Missões Jesuítico-Guaranis, há a proposta, todavia, de que cada Estado Membro solicite a “extensão da declaração de Patrimônio da Humanidade aos Povos Guaraní”, ideia essa que, contudo, tampouco acaba tendo seguimento (Idem, p. 61). Ainda assim, como reconhece SOARES, tal não impediu o aprimoramento de iniciativas não-governamentais para fomentar a integração, como, por exemplo, a criação da Associação de Universidades do Grupo Montevideu, a Bienal do MERCOSUL, a Feira do Livro de Porto Alegre

⁴ Acerca das batalhas travadas em torno do patrimônio histórico-cultural, Williams (2012), discorrendo sobre o processo de declaração das missões argentinas como Patrimônio da Humanidade, aponta, por exemplo, que a obtenção de tal título gerou fortes tensões entre os governos federal, provincial e municipal, uma vez que entenderam os dois últimos que o processo em questão, encampado pela CNMMYLH, implicava indevida intervenção do primeiro nos assuntos locais, em especial “em questões de uso do solo, desenvolvimento econômico e serviços a turistas nas Missões” (p. 296). Em 1992, nessa disputa, vencem as instâncias locais, quando o então Presidente Carlos Menem decreta a “provincianização das ruínas de San Ignacio”, medida essa recebida pelo Governador da Província de Misiones “como uma vitória da autorregulamentação regional” (Idem, p. 297).

, etc (Idem, p. 63).

O início dos anos 2000, também, marca um período em que se avança de forma dificultosa rumo à integração cultural. A X e a XI Reuniões de Ministros da Cultura do MERCOSUL, por exemplo, ambas ocorridas no ano 2000, chamam à promoção das “indústrias culturais da região, ratificam a importância estratégica da cultura para a constituição da identidade regional e reafirmam o compromisso com o projeto ‘Missões Jesuíticas’, por sua importância para o desenvolvimento do Turismo Cultural”, mas sem oferecer alternativas concretas para atingir tais objetivos (MERCOSUL, 2000).

Contudo, em 2009, dando vigor ao processo de preservação patrimonial, estabeleceu-se uma Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL, cuja primeira reunião adota o conceito de “itinerários culturais”, formulado pela UNESCO, para embasar suas práticas e estabelece, dentro de uma iniciativa mais ampla, denominada Itinerários Culturais do MERCOSUL, o projeto Itinerário Cultural da Região das Missões Jesuítico-Guaranis. Fruto de reuniões prévias entre representantes de Brasil e de Argentina, esse projeto tinha por objetivos principais dar concretude ao ideal de integração, promovendo tanto a “integração dos valores culturais quanto o diálogo intercultural”, valorizando “as heranças e características culturais comuns” (MERCOSUL, 2009). Analisando tais intenções constantes do referido projeto de Itinerário Cultural, Valverde (2012) comenta, justamente, que conforme

“(…) os documentos do MERCOSUL, a cultura tem uma responsabilidade que ultrapassa a erudição ou o simples rigor técnico da conexão com as formas e os significados que eram válidos na América do Sul de séculos atrás. **Por sua pretensão territorial, a cultura promovida nos documentos do MERCOSUL deve ser capaz de gerar atividades econômicas, de promover coordenações políticas e sugerir novas formas e comportamentos sociais para a região.** Somente assim seria possível **ao mesmo tempo promover o desenvolvimento econômico e territorial local, valorizar representações do passado, lidar com os rigores do mundo contemporâneo e criar novas representações que reforcem em plano produtivo e ideológico a integração do Bloco.** (...)” (p. 14, grifo nosso)

Ou seja, as sucessivas reinterpretações do patrimônio cultural missioneiro fizeram-se, e fazem-se, necessárias, na medida em que deveriam

corresponder, também, às respectivas etapas de aprofundamento da integração econômica. A integração cultural, assim, deve ser capaz de produzir representações que reforcem e corroborem esse pretensão caminhar rumo a fronteiras que unam, e não separem.

Não é à toa, assim, que como que atendendo a tais necessidades, em 2012 o modelo é ampliado mediante a proposta de constituição do “Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos” (MERCOSUL, 2012), projeto esse que, conforme seus idealizadores, ademais de aprimorar as práticas de salvaguarda do patrimônio cultural, contribuiria para o fortalecimento da identidade regional a partir das referências culturais já existentes entre os países do bloco. Em resumo, o aprofundamento da integração, de certo modo, permitiria uma melhor compreensão da heterogeneidade cultural dos países componentes do MERCOSUL, bem como das peculiaridades do espaço missioneiro, procurando entendê-lo em toda a sua extensão cultural e geopolítica, da Bolívia ao Uruguai, sem necessariamente estabelecer as fronteiras nacionais como marcos delimitadores da análise.

Contudo, se tais processos de escolha não se deram de forma homogênea no plano temporal, tampouco há falar em homogeneidade no plano das ações presentemente incidentes sobre o espaço missioneiro. Em outras palavras, o sentido atribuído a tal espaço, se foi – e ainda é – modificado ao longo do tempo, também varia, consoante já esboçado, conforme os grupos e indivíduos envolvidos em tais de processos de apropriação do patrimônio histórico-cultural, com igual impacto sobre as práticas territoriais a eles inerentes. É tal diversidade, que parece levar mais à “multiterritorialidade” e a múltiplas práticas patrimoniais, que procuraremos debater no próximo tópico.

3. Atores e fronteiras

No tópico anterior buscou-se apresentar a variabilidade de viés **diacrônico** das práticas patrimoniais incidentes sobre o espaço missioneiro: em um momento divisão, noutra integração. O patrimônio histórico-cultural, conforme também já visto, não pode ser reputado como algo de valor **per se**, mas, isto sim, fruto de escolhas e da ação de uma série de agentes ao longo do tempo, que, justamente por sua ação, fizeram valer, não de forma indisputável, a sua interpretação de tal conjunto.

A esse viés, então, podemos acrescentar outro, de caráter **sincrônico**, na qual também ressaí o caráter relacional de tais práticas patrimoniais. Afinal, afora as iniciativas estatais, inúmeros são os interesses inci-

⁵No caso da Feira do Livro de Porto Alegre, por exemplo, ocorreu, em 2007, o II Seminário Planos Nacionais de Livro e Leitura no MERCOSUL, evento realizado, de forma concomitante, em meio e como parte, respectivamente, das atividades da 27ª Feira Internacional do Livro de Santiago, no Chile, e da 53ª Feira do Livro de Porto Alegre, no Brasil. Desse encontro, realizado via Internet, produziu-se a “Declaração de Porto Alegre e Santiago”.

⁶Não confundir com o Comitê Técnico de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, criado em 1995.

⁷De acordo com UNESCO, “un itinerário cultural se convierte frecuentemente em una trama de caminos que, si bien pudo tener un eje central, el trayecto seguido pudo desplazarse en diversos puntos a lo largo del tiempo y a la capacidad de conocimiento del territorio de esta forma su desarrollo em el tiempo y en el espacio perite una interpretación más precisa de la historia. Muchas veces la pérdida total o parcial de tramos o huellas del trayecto, lleva a fragmentación del mensaje cultural y la lectura sistêmica del territorio” (UNESCO, 2009, p. 4, apud VALVERDE, 2012, p. 10).

dentes sobre o espaço em que estabelecidas as Missões Jesuítico-Guaranis, visando à sustentação, como visto, de diversos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Com efeito, adotando-se a interpretação de Claude Raffestin (1993), dito espaço missionário pode ser compreendido como “campo de possibilidades”, no qual determinados atores atuam com o objetivo de construir “tessituras”, repartindo-o e formando diversos “sistemas territoriais” dotados de sistemas simbólicos próprios (p. 148-149). Ademais, a ênfase no território como “campo de possibilidades” apresenta inegáveis reflexos sobre os estudos regionais e nacionais; ao invés de visualizarmos o território como algo produzido *ex nihilo*, devemos admitir a importância dos sujeitos, instituições, organismos internacionais, funcionários públicos, etc., nos processos que visam a atribuir-lhe *sentido*, reconstruindo as “regionalizações cotidianas do mundo da vida dos sujeitos humanos”, de forma atenta “às representações geográficas” que são potencialmente “mobilizadas politicamente pelos discursos regionalistas e nacionalistas” (WERLEN, 2000, p. 23).

Com base nisso é que se deve ainda atentar-se para as diferenças, para a alteridade, identificando os propósitos específicos desses “atores sintagmáticos” que atuam sobre o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 145). Assim é que

“(…) relacionar o termo território aos limites de um país é bastante comum, sobretudo no meio militar. No entanto, com os avanços analíticos e teórico-conceituais da geografia, ciência política e de outras áreas do conhecimento, as abordagens e aplicações do conceito de território são reconstruídas e ampliadas, de modo que, enquanto o território continua sendo intimamente relacionado ao poder (...), essa delimitação do território como sinônimo de país, apesar de ainda pertinente, não é a única escala de recorte para estudos territoriais. (...)” (SAQUET et alii, 2010, p. 58).

A ênfase no aspecto relacional do território, considerando as suas diversas escalas de apropriação, remonta aos anos 1970, a partir de quando se observa a tendência à remodelagem dos usos de tal conceito. Esse deixa gradualmente de ser pensado em termos exclusivamente nacionais, incorporando também uma imagem transnacionalizada, com o reconhecimento da formação de “territórios del transfrontera”. Isso, contudo, não enseja, em absoluto, o fim dos Estados ou mesmo o esvaziamento dos lindes fronteiriços como marcos delimitadores privilegiados (CAMMARATA, 2010, p. 166-168).

Decorre disso, ainda, que o território é composto por múltiplas tessituras, que se intercalam e/ou se mesclam, formando estruturas relacionais, sejam elas hierárquicas ou não, modificáveis no tempo e no espaço. Com base nisso, pondera Haesbert (2007), que

“A multiterritorialidade [...] aparece como uma alternativa conceitual dentro de um processo denominado por muitos como ‘desterritorialização’. Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re) territorialização muito mais múltipo, ‘multiterritorial’”. (p. 19)

Tal caráter *multi* dos processos territoriais surge mais claramente, por exemplo, quando nos centramos nas diversas microidentidades potencialmente existentes na região das Missões, e no papel exercido pelas políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural na construção de tais identidades. Essas, afinal, podem variar conforme as condições sócio-econômicas, as características patrimoniais-territoriais, etc.

Nesse sentido, Pinto (2012), dando enfoque à região missionária situada na porção noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, dispõe tais microidentidades em três: “missionária-pampeana, missionária-reducional e missionária-europeia” (p. 140-142), cada qual com a prevalência de certas expressões culturais, modos específicos de se relacionar com o espaço e estratégias territoriais próprias. Os índios guaranis, por exemplo, possuiriam práticas territoriais e identitárias específicas com aquele espaço, assim como também as teriam os imigrantes europeus ou mesmo aqueles identificados com certa cultura dita gaúcha (Idem, p. 144-145).

Ou seja, para além da narrativa projetada, por exemplo, no espetáculo “Som e Luz”, ocorrente no Sítio Arqueológico de São Miguel, que, conforme o sítio eletrônico elaborado por seus organizadores, seria um “show diário em que a história é narrada, com emoção, por duas testemunhas da experiência missionária que permanecem no local: a Igreja e a Terra” (ROTA MISSÕES), deve-se considerar a existência de múltiplas e concorrentes formas de narrar a “saga missionária”.

Afinal, “a região das Missões possui, comprovadamente, diversas identidades, que estão realizando no espaço diversas trocas culturais, o que permite questionar a unificação identitária missionária” (PINTO, 2012, p. 145) proposta, por exemplo, em um projeto tal como o referido “Som e Luz”, que se pretende a narrar a “saga missionária” a partir conceitos tão vagos como a “Igreja” e a “Terra”, de forma a torná-la impessoal e homogeneizante. Aliás, é justamente com vista a criticar a

⁸ Nesse sentido é que chamamos a atenção, por exemplo, à Nota de Rodapé de nº 4, em que esboçadas, de forma breve, as disputas havidas entre as instâncias de poder argentinas, em nível federal e local, no que toca à “nacionalização” ou “provincialização” do patrimônio missionário. Estavam em disputa, em começos dos anos 1990, principalmente, questões atinentes “ao uso do solo, desenvolvimento econômico e serviços a turistas nas Missões” (WILLIAMS, 2012, p. 296), com todas as estratégias territoriais a elas inerentes.

tendência à “homogeneização” e à mercantilização do patrimônio histórico, que Choay (2011) defende ser

“(…) necessário pontuar, dentre nossas estratégias de resistência à normalização planetária, o papel das associações locais de cidadãos e de todas as estruturas administrativas locais abertas à participação de seus administrados. **Pois, hoje, é a escalas locais, pela adição e a confrontação de tomadas de consciência individuais, que poderá de novo ser afirmada a necessidade reivindicação da diferença, marca da identidade.** (...)” (grifei, p. 41)

Assim, se a diferença e a alteridade firmam-se como marca da identidade, afigurar-se-ia coerente que se prestasse o patrimônio histórico-cultural mais à heterogeneidade do que à homogeneidade. Deveras, a identidade “torna-se uma ‘celebração móvel’”, assumindo o sujeito “identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente e universalizado”, havendo, dentro de cada um, “identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções” (HALL, 1996, p. 03).

A partir dessa percepção da alteridade, ainda, podemos avançar no argumento proposto por Pinto (2012), de forma a, desbordando os limites do Estado do Rio Grande do Sul, tentar aferir os processos de formação de microidentidades em territórios de transfronteira, conforme abordado por Cammarata (2010). Pode-se perguntar se e de que modo tais identidades são construídas, e de que forma eventualmente excedem os liames de fronteira oficiais.

Para tanto, revela-se útil, ainda, a análise do conceito de “culturas híbridas”, tal como proposto por Canclini (2013 (1989), p. 283-350). Esse autor ressalta como o intercâmbio de vários referenciais identitários pode contribuir para o processo de “hibridação intercultural”, resignificando monumentos e personagens históricos. Além disso, revela-nos como uma visão bipolar e centralizada da cultura, que venha a opor, por exemplo, o global ao local, acaba por realçar as relações de dominação, em detrimento de uma visão de mundo “descentralizada” e “multideterminada” (Idem, p. 345).

O processo de hibridação intercultural, desse modo, parece-nos particularmente contundente quando nos concentramos no estudo de sociedades de fronteira. Acrescenta-se a isso, ainda, o fato, tal como apontado por Werlen (2000), que, diferentemente das “sociedades pré-modernas”, hoje vivemos em “sociedades desencaixadas”, onde as tradições reificadoras das nossas noções de espaço/tempo não mais possuem o valor ontológico ou a universalidade imaginada (Idem, 2000, p. 18). Ao invés disso, são as representações, os discursos, que servem à legitimação desta ou daquela prática, daí decorrendo a importância de compreendermos o desencaixe das sociedades, inclusive daquelas estabelecidas em locais de fronteira, entrecortadas por tessituras de diversas ordens.

Assim, levando em conta exclusivamente o espaço jesuítico-guarani compartilhado por Brasil, Paraguai e Argentina, e percebendo a existência de microidentidades em territórios de transfronteira podemos considerar a incidência de práticas patrimoniais: (a) de ordem internacional (UNESCO), (b) nacional (exemplificativamente, SPHAN/IPHAN pelo Brasil, Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos, pela Argentina); (c) regional/provincial (projetos tais como Rota Missões, elaborado em parceria dos municípios da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul com o SEBRAE, ou a Fundación Artesanías Misioneras, atuante na Província de Misiones) e (d) locais (festivais musicais, etc.).

Ou seja, ainda que se possa atribuir ao “poder público” o papel de ativador privilegiado do patrimônio histórico-cultural (PRATS, 1997, p. 33), vê-se que todos os órgãos e instituições acima elencados, em suas respectivas escalas, são também capazes de produzir “memórias parciais, setoriais, particulares (de grupos, associações, empresas, coletividades, etc.)” (HARTOG, 2013, p. 236). Referidos atores, ainda, muitas vezes desejam que suas narrativas sejam “reconhecidas como legítimas, tão legítimas ou mesmo mais legítimas” (Idem) do que aquelas narrativas elaboradas pelo “poder público”. Todas essas “memórias”, contudo, são, acima de tudo, frutos de “construções sociais” (PRATS, 1997, p. 19).

Essas construções, decerto, podem pretender diferentes alcances. Isto é, podem tanto apresentar um caráter mais amplo, promotor de mundo “globalizado” ou “integrado”, quanto mais “fechado”, atento ao “nacional” ou ao “regional”. De todo o modo, mesmo que as narrativas formuladas insiram-se numa eventual visão global, ampliada, é certo que

“En la medida en que encontramos actores que eligen, toman decisiones y provocan efectos (que podrían haber sido otros), **la globalización deja de se ser un juego anónimo de fuerzas del mercado sólo regidas por las exigências de lograr todo el tempo el mayor lucro en la competencia supranacional.** [...] el argumento que más interesa es que la reaparición de las personas y los grupos en la teoría social permite concebir a la globalización de otras maneras. [...]” (CANCLINI, 1999, p. 64, grifo nosso).

Daí, portanto, o necessário enfoque aos atores, em seus mais diversos níveis, e às ações e estratégias por eles tomadas em tais processos de territorialização e de patrimonialização: a estética monumentalista e pedagógica homogeneizante que alinhavou as práticas patrimoniais estatais dos anos 1930 e 1940, tanto no Brasil quanto na Argentina, parece defasada em face de um mundo acelerado e multirreferenciado, em que há a concorrência de diversas narrativas, de diversas

“memórias”, em diversas escalas. Ademais, as territorialidades e as práticas patrimoniais a elas inerentes, quando percebidas em suas diversas camadas e entrelaçamentos, permite-nos, ainda, aferir o caráter não só diacrônico como também sincrônico de tais “memórias” e das estratégias de apropriação engendradas em torno de um mesmo conjunto cultural, de forma a reputar as fronteiras nacionais como um marco referencial importante, ou não, para fins de definição da identidade de um determinado indivíduo ou grupo de indivíduos.

4. Conclusão

A atuação de atores sobre o espaço jesuítico-guarani ao longo do tempo, como podemos perceber, demanda a constante remodelagem dos sistemas simbólicos sobre ele incidentes. Afinal, vivendo em uma “sociedade desencaixada” (Werlen, 2000), com referenciais múltiplos, “híbridos” (Canclini, 1999), estão instituições e indivíduos agindo permanentemente de forma a influenciar os processos atribuição de sentido do espaço e do território.

As Missões Jesuítico-Guaranis, portanto, apresentam-se como passíveis de diferentes recortes. A variabilidade histórica e relacional que esse espaço oferece permite a avaliação de diferentes práticas territoriais, desvelando os diferentes discursos que os engendram. As “lutas semânticas” (CANCLINI, 2013, p. 301) existentes em torno desse conjunto cultural são reflexo direto de “conflitos entre as forças sociais” (Idem), com implicações palpáveis sobre os processos de territorialização e seus respectivos mecanismos identitários, nos quais as políticas de preservação do patrimônio exercem importante papel. É nesse sentido, então, que se a alteridade é a característica do nosso tempo, consoante aponta Hall (1996), ter-se-ia as identidades, em verdade, apenas como

“[...] os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento. Onde haver sempre uma política da identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa “lei de origem” sem problemas, transcendental.” (p. 70, grifo nosso)

Fugir da lógica fundacional, então, e colocar-se defronte à variabilidade das apropriações possíveis do espaço e dos seus respectivos processos de territorialização, permite-nos identificar e melhor compreender os interesses e intenções dos atores envolvidos nas práticas patrimoniais. Como visto, mesmo quando falamos em integração regional, também essa parte de estratégias bem delimitadas, nas quais as práticas patrimoniais adquirem especial importância no sentido de “mobilizar” indivíduos e instituições em um deter-

minado (ou vários) sentido(s).

Ou seja, os caminhos e descaminhos rumo à patrimonialização das Missões Jesuítico-Guaranis, tal como apontamos na primeira parte deste trabalho, mais do que alcançar uma síntese, enfatizam o caráter plural e complexo do fenômeno missionário. Esse precisa ser considerado tanto em seu sentido diacrônico, como um processo que se expressa ao longo do tempo, como também espacial, na medida em que foi produzido em uma área que hoje abarca diversos Estados, e na qual incide, ademais, múltiplas territorialidades, não necessariamente estatais, com suas respectivas peculiaridades (SAQUET; CANDIOTTO; ALVES, 2010, p. 60): isto é, não são apenas os Estados-membros do MERCOSUL, por meios de suas instituições, que “dizem” o que são as Missões Jesuítico-Guaranis, sendo essas passíveis de apropriação por diversos grupos sociais com diferentes níveis de atuação para além do exclusivamente nacional.

Nesse sentido, os discursos “patrióticos” produzidos ao longo dos anos 1930-40 em torno da obra de jesuítas e guaranis revelam-se, de fato, incapazes de abarcar o caráter transnacional e múltiplo das Missões. Vê-se, ainda, que a história contada a partir exclusivamente do aspecto material das reduções – isto é, suas ruínas, situadas em diversos países da América do Sul –, tampouco se mostraria suficiente a garantir a sua apropriação em um discurso integracionista. Afinal, como já ressaltamos, o “monumento histórico”, é, antes de mais nada, “uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber.” (CHOAY, 2011, p. 13-14): daí a preocupação, por exemplo, em elaborar-se narrativas que permitam conectar, em um determinado momento, a “saga guaraníca missionária” à Colônia de Sacramento, no Uruguai, e também a outras Missões, tais como aquelas de Moxos e Chiquitos.

Isto é, se as fronteiras afiguram-se capazes de separar ou unir, também a mobilização que se faz de um determinado conjunto cultural pode fomentar o distanciamento ou a aproximação entre indivíduos de nacionalidades distintas. Ter as reduções de São Miguel das Missões, de San Ignacio Mini ou La Santísima Trinidad como “Macondos”, ou seja, como representativas de um idílico isolamento de caráter nacionalista (CANCLINI, 1999, p. 50), implica negar-lhes o seu caráter interrelacional, característica que, ativada pelas instâncias institucionais do MERCOSUL e dos seus membros, para utilizar o termo de Benedict Anderson (2008), pode, de fato, permitir a constituição de uma “comunidade imaginada” para além das fronteiras nacionais, mas jamais de modo uniformizador ou unívoco.

5. Referências

5.1. Livros e Artigos:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.**

São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CAMMARATA, Emilce Beatriz. La construcción social del territorio en la transfrontera de Argentina (Misiones), Brasil y Paraguay. In: PEREIRA, Sílvia Regina; DA COSTA, Benhur Pinos e DE SOUZA, Edson Belo Clemente (Orgs). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço temporais**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010, p. 165-180.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: EdUSP, 2013.

_____. **La Globalización Imaginada**. México-Buenos Aires- Barcelona: Editora Paidós, 1999.

CERVO, Amado. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2008.

CHOAY, Françoise. **O Patrimônio em Questão: Antologia para um Combate**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

DOS SANTOS, Christiano Ricardo. Turismo histórico na região transfronteiriça das Missões/Misiones. In: **Confins [Online]**, n. 18, 2013, postagem online no dia 17/07/2013. Disponível em: <http://confins.revues.org/8501>. Acesso em: 16 dez. 2014.

DREXLER, Jorge. Frontera. Intérprete: Jorge Drexler. In: DREXLER, JORGE. **Frontera**. 1999. 1 CD. Faixa 3.

FREGA, Ana. La Formación del Estado Uruguayo. **RILA - Revista de Integração Latino-Americana**, Santa Maria, Ano II, n. 03: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um debate. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano IX, n. 17: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, p. 19-45, 2007.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: n.24, p.68-75, 1996.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. Disponível em: www.cefetsp.br/edu/eso/culturainformacao/identidadeculturalhall.doc. Acesso em: 05 dez. 2014.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. A Trajetória do IPHAN nas Missões. **Fronteiras do Mundo Ibérico: Patrimônio, Território e Memória nas Missões** (Orgs. MEIRA, Ana Lúcia Goelzer e PESAVENTO, Sandra Jatahy). Porto Alegre: Editora da UFRGS/IPHAN, 2007.

PAGE, Carlos A. El lento proceso de valoración del legado cultural de la antigua Provincia Jesuítica del Paraguay. In: **Estudios del Patrimonio Cultural**, n. 09. Valladolid: SERCAM, novembro de 2012, p. 6-30.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Missões, um espaço no tempo: paisagens da memória. In: MEIRA, Ana Lúcia Goelzer e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Fronteiras do Mundo Ibérico: Patrimônio, Território e Memória nas Missões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IPHAN, 2007.

PINTO, Muriel. As Micro-Identidades da Região das Missões Jesuíticas-Guarani através da interpretação das paisagens culturais: uma dialética com as reflexões de Guy Di Méo. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, v. 14. São Paulo p. 124-150, 2012.

PRATS, Llorenç. **Antropología y Patrimonio**. Barcelona: Ariel, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Zanetti e ALVES, Adilson Francelino. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In: PEREIRA, Sílvia Regina; DA COSTA, Benhur Pinos e DE SOUZA, Edson Belo Clemente (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço temporais**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010, p. 53-68.

SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no MERCOSUL. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, n. 51/1, p. 53-69, 2008.

URIBARREN, Maria Sabina. **A atuação da 'Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos' da Argentina entre 1938 e 1946: sua intervenção no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba. Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada pelo Estado**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo História da Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 2008.

VALVERDE, Rodrigo R.H.F. Os itinerários do MERCOSUL Cultural: Dilemas para a Territorialização das Missões Jesuíticas-Guaranis. **Revista Cadernos PROLAM/USP**. São Paulo: PPG em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, Ano 11, v. 2. p. 9-20, 2012.

WERLEN, Benno. Regionalismo e Sociedade Política. In: **Geographia**, Niterói: UFF, v. 2, nº 4, 2000, p. 7-25.

WILLIAMS, Daryle. Além da História-Pátria – As Missões Jesuítico-Guaranis, o Patrimônio da Humanidade e Outras Histórias. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 34, 2012, p. 281-301.

ZAMORANO, Mariano Martin. La Evolución de las políticas culturales del Paraguay: hegemonias y transformaciones. In: **Cuadernos de observación en gestión y políticas culturales**. Barcelona: Programa de Gestión Cultural, Ano I, Série del Boletín de Gestión Cultural nº 01., 2012, p. 8-23.

5.2 Documentos

IPHAN (SPHAN). Processo 141-T-38 do Livro de Belas Artes. In: CHUVA, Márcia (Org.). **Assentamentos jesuíticos: territórios e significados**. Rio de Janeiro: Cadernos de Pesquisa e Documentação, IPHAN/Copedoc, 2008.

MERCOSUL. **Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL**. Fortaleza, 17/12/1996. Disponível em: http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/Dec_011_096_Prot%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Cultural%20MCS_At%202_96.pdf. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. **Reunião Técnica Internacional sobre o Projeto de Itinerário Cultural da Região das Missões**. Foz do Iguaçu, 23-26/05/2011.

_____. **Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no Mercosul. Projeto de Fortalecimento Institucional Para Sua Definição E Desenvolvimento**. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/5222/1/gmc_2012_ata03-ext_ane12_pt_itinerario_cultural_-_formato_digital.pdf. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. **Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai (Tratado de Assunção)**. Assunção, 26/03/1991. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. **II Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL**. Salvador, 26-28/01/2009.

_____. **X Reunião do Conselho de Ministros da Cultura do MERCOSUL**. Buenos Aires, 22/06/2000. Disponível em: blogs.cultura.gov.br/mercosur/files/.../mercosul-rmc-ata-n-1-2000.doc. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. **XI Reunião do Conselho de Ministros da Cultura do MERCOSUL E Países Associados**. Rio de Janeiro, 20/12/2000. Disponível em: blogs.cultura.gov.br/mercosur/files/.../mercosul-rmc-ata-n-2-2000.doc. Acesso em: 12 out. 2014.

REPÚBLICA ARGENTINA. **Ley 12.665/40**. Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos. Buenos Aires, 30/09/1940. Disponível em: <http://www.mecon.gov.ar/digesto/leyes/ley12665.htm>. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. **Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos. GUÍA DE MONUMENTOS**. Buenos Aires, 2008.

ROTA MISSÕES. **Imperdíveis**. Disponível em: www.rotamissoes.com.br. Acesso em: 26 jul.2014.

UNESCO. **Recomendações acerca das Propostas nº 275 e 291, ICOMOS, 1983-84**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/275/documents/>. Acesso em: 28 jul. 2014.

Las Misiones Jesuíticas-Guaraníes: Territorialidades, Identidades y Patrimonio Histórico-Cultural

Resumen: En este artículo se aborda, por medio de algunos de los aportes teóricos de la Geografía Cultural, la variabilidad de acción por parte de ciertos actores, en diversas escalas, en los procesos de territorialización y de patrimonialización de las misiones jesuítico-guaraníes. Para eso, se utilizó la literatura ya existente acerca del tema, discutiéndola a la luz de la documentación disponible en órganos oficiales nacionales de preservación del patrimonio histórico-cultural (SPHAN/IPHAN, en Brasil, y Comisión Nacional, en Argentina), así como aquella puesta a disposición por la UNESCO, las instancias administrativas y consultivas del MERCOSUR y otras agencias culturales. Así, se procurará presentar algunas de las prácticas patrimoniales que derivan de ese choque entre actores, que, respondiendo a veces a intereses tandistintos, producen conjuntos identitarios, que, como “construcciones sociales” (PRATS, 1997), pueden favorecer diferentes “memórias parciales” (HARTOG, 2013); y puntos de vista que, siendo más locales o globales, pueden reforzar discursos que enfatizan la idea de nación o privilegiar la integración regional.

Palabras Clave: Patrimonio Histórico y Cultural. Misiones Jesuíticas-Guaraníes. Territorialidades.

The Jesuit Missions of the Guaranis: Territorialities, Identities and Historical-Cultural Heritage

Abstract: This article discusses, through some of the theoretical contributions brought up by Cultural Geography, the variability of action observable in certain actors, in different levels, in the processes of territorialization and patrimonialization of the Jesuit Missions of the Guaranis. The literature available on the subject was reviewed and discussed in face of the documentation provided by national institutions responsible for preserving cultural and historical heritage (SPHAN/IPHAN, in Brazil, and Comisión Nacional, in Argentina), by the UNESCO, by the MERCOSUR administrative and advisory bodies and by other cultural agencies. Thus, the article investigates some patrimonial practices arising from the clash of these actors, often with diverse interests, producing identity sets, which, as “social constructions” (PRATS, 1997), can favor different “partial memories” (HARTOG, 2013) and points of view, whether locally or globally oriented, fostering nationalism or regional integration.

Key-Words: Cultural and Historical Heritage. Jesuit Missions of the Guaranis. Territorialities.
